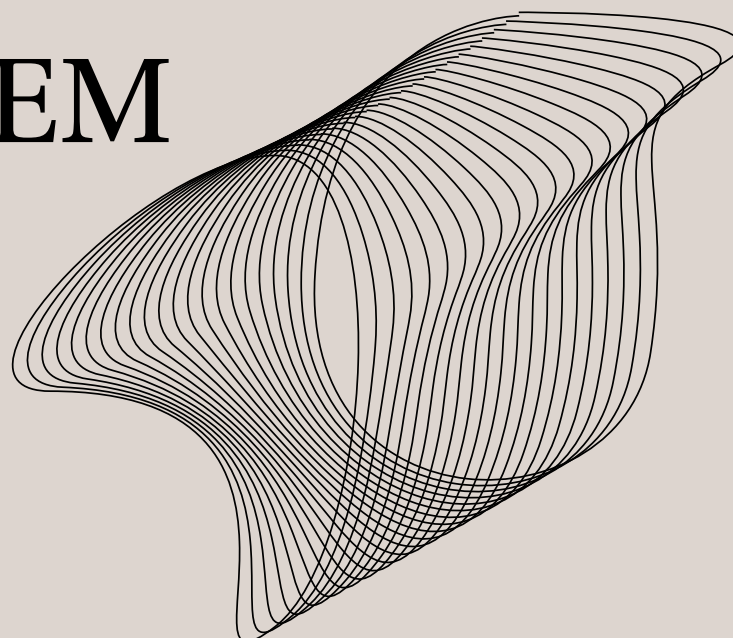




TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho
metropolitano brasileiro

Ano III; Vol. 3; nº 10, Outubro, 2011

(Mapa da população preta & parda no Brasil, 2010)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal
3. Evolução da taxa de desemprego
4. Mapa da população preta & parda nos municípios brasileiros, os dados do Censo de 2010
5. Considerações finais

1. Apresentação

Com muita satisfação, o **LAESER** informa que, com este número, o boletim eletrônico "Tempo em Curso" completa sua 24ª edição.

Os principais indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br), e tabulados pelo **LAESER** no banco de dados "Tempo em Curso".

A PME coleta informações sobre o mercado de trabalho da população residente nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Da mais ao Norte, para a mais ao Sul: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

A primeira parte desta edição do "Tempo em Curso" é dedicada à análise da evolução dos rendimentos médios habitualmente recebidos pelo trabalho principal e da taxa de desemprego nas seis maiores RMs brasileiras, no intervalo de tempo compreendido entre agosto de 2010 e agosto de 2011. Neste plano, objetiva-se compreender a evolução das assimetrias de cor ou raça e gênero no mercado metropolitano brasileiro no período considerado.

Na segunda parte deste número, de forma pioneira, é apresentado o mapa da distribuição da população preta & parda nos municípios brasileiros no ano de 2010. As informações foram elaboradas a partir da Sinopse do último Censo Demográfico, disponível no site do IBGE, no seguinte endereço eletrônico:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm.

2. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela 1)

No mês de agosto de 2011, o rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido pela População Economicamente Ativa (PEA) das seis maiores RMs brasileiras foi igual a R\$ 1.629,42. Comparativamente ao mês de julho do mesmo ano, este valor representa uma elevação real de 0,5%. Em relação a agosto de 2010, verifica-se uma alta mais expressiva dos rendimentos do conjunto da PEA: 3,2%.

Em agosto de 2011, o rendimento auferido pela PEA branca de ambos os sexos foi de R\$ 2.040,26. No mesmo mês, o valor do indicador para a PEA preta & parda de ambos os sexos foi de R\$ 1.115, 55.

Na comparação com o mês anterior, a PEA branca de ambos os sexos percebeu uma pequena perda real de 0,2% no rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido. Utilizado o mesmo período de comparação, a PEA preta & parda de ambos os sexos observou elevação do rendimento médio do trabalho principal em 2,3%.

Na comparação do mês de agosto de 2010 com o mês de agosto de 2011, verificou-se elevação nos rendimentos para a PEA de ambos os sexos dos dois grupos de cor ou raça. Para a PEA branca, o aumento foi de 2,0%, enquanto para a PEA preta & parda a elevação foi bem mais expressiva: 4,7%.

Desagregando os dados do rendimento médio do trabalho pelos grupos de sexo, nota-se que, em agosto de 2011, o rendimento médio da PEA branca masculina foi igual a R\$ 2.364,26. No mesmo período, o rendimento médio do trabalho principal dos trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino foi de R\$ 1.266,50.

Naquele mês, as trabalhadoras brancas obtiveram rendimento igual a R\$ 1.661,57. Já as trabalhadoras pretas & pardas obtiveram rendimento de R\$ 920,18.

Comparativamente a julho de 2011, aqueles valores representaram uma relativa estabilidade do indicador para os trabalhadores brancos do sexo masculino, visto que o mesmo variou positivamente em apenas 0,01%. Já os trabalhadores pretos & pardos tiveram aumentos reais de seus rendimentos em 1,9%.

Entre agosto e julho de 2011, as trabalhadoras brancas apresentaram queda de seus rendimentos, na ordem de 0,5%. No mesmo período de comparação, as trabalhadoras pretas & pardas obtiveram aumen-

Tabela 1. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, ago / 10 – ago / 11 (em R\$, ago / 11 - INPC)

	2010					2011							
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Homens Brancos	2.347,81	2.364,20	2.350,72	2.279,97	2.310,06	2.339,87	2.340,55	2.376,00	2.294,16	2.316,27	2.305,23	2.363,91	2.364,26
Mulheres Brancas	1.593,70	1.639,40	1.671,50	1.679,24	1.617,31	1.630,80	1.630,29	1.645,09	1.637,15	1.649,08	1.643,38	1.669,20	1.661,57
Branco	2.000,51	2.028,30	2.038,36	2.005,75	1.990,79	2.010,59	2.016,34	2.040,26	1.991,85	2.010,44	1.999,93	2.044,09	2.040,26
Homens Pretos & Pardos	1.202,96	1.220,22	1.228,19	1.242,06	1.235,66	1.232,41	1.230,10	1.209,00	1.186,62	1.200,38	1.211,92	1.242,92	1.266,50
Mulheres Pretas & Pardas	890,87	888,79	896,91	889,58	901,50	903,75	888,96	880,14	876,93	874,70	875,32	898,05	920,18
Pretos & Pardos	1.065,38	1.073,35	1.081,14	1.085,76	1.087,16	1.087,23	1.080,06	1.062,85	1.048,87	1.056,65	1.064,44	1.090,84	1.115,55
PEA Total	1.579,57	1.599,64	1.603,79	1.590,76	1.579,02	1.586,91	1.579,56	1.587,82	1.559,09	1.577,17	1.585,64	1.620,80	1.629,42

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

to real de 2,5% no seu rendimento médio habitualmente recebido.

Em relação a agosto de 2010, tanto os trabalhadores brancos como os trabalhadores pretos & pardos, apresentaram variação positiva em seus rendimentos médios, respectivamente, em 0,7% e 5,3%.

Quanto às trabalhadoras, no caso da PEA branca do sexo feminino, entre agosto de 2010 e 2011, estas experimentaram aumentos em seus rendimentos da ordem de 4,3%. No mesmo lapso, a PEA preta & parda do sexo feminino igualmente apresentou variação positiva nos seus rendimentos médios, somente com menor intensidade: 3,3%.

Em agosto de 2011, a assimetria de cor ou raça em termos do rendimento médio da PEA de ambos os sexo foi de 82,9%, favoravelmente aos brancos. Na análise das informações pelos grupos de sexo, nota-se que, em agosto de 2011, os homens brancos obtiveram rendimentos habituais médios 86,7% superior aos dos homens pretos & pardos. Entre as mulheres, as assimetrias de rendimento entre as trabalhadoras brancas e as trabalhadoras pretas & pardas ficaram em 80,6%.

Não obstante, entre julho e agosto de 2011, ocorreu uma diminuição das desigualdades de cor ou raça, em termos do rendimento médio do trabalho, na ordem de 4,5 pontos percentuais. Em comparação com agosto de 2010, verifica-se uma queda de 4,9 pontos percentuais nas assimetrias entre a PEA branca comparativamente à PEA preta & parda.

Em relação a julho de 2011, em agosto do mesmo ano, as desigualdades de cor ou raça se reduziram em 3,5 pontos percentuais, no interior do grupo masculino, e em 5,3 pontos percentuais dentro do grupo feminino. Na comparação entre agosto de 2010 e de 2011, no caso da PEA masculina, as assimetrias de cor ou raça no rendimento médio do trabalho principal declinaram em expressivos 8,5 pontos percentuais. Na contramão, as desigualdades nos rendimentos das mulheres brancas e pretas & pardas apresentaram um movimento de variação positiva, elevando-se em 1,7 pontos percentuais.

Apesar do quadro de queda das desigualdades, no mês de agosto de 2011, verificou-se que o rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino foi 156,9% maior do que o das trabalhadoras pretas & pardas, enquanto o rendimento médio das trabalhadoras brancas apresentou-se 31,2% maior do que o rendimento dos trabalhadores pretos e pardos do sexo masculino.

3. Evolução da taxa de desemprego (tabela 2)

A taxa de desemprego aberto (número de pessoas desocupadas que estão procurando trabalho no mês de referência em proporção à PEA) das seis maiores RMs brasileiras para o mês de agosto de 2011 foi de 6,0%. Isto significa que este indicador se manteve estável em relação a julho do mesmo ano. Na comparação com o mês de agosto de 2010, o indicador se reduziu em 0,7 ponto percentual.

Tabela 2. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, ago / 10 – ago / 11 (em % da PEA)

	2010					2011							
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Homens Brancos	4,4	4,0	4,1	3,8	3,5	4,4	4,6	4,4	4,3	4,2	4,4	4,1	4,1
Mulheres Brancas	6,8	6,5	6,4	5,8	5,5	5,9	6,4	6,8	6,9	6,8	6,4	6,3	6,3
Brancos	5,6	5,2	5,2	4,7	4,4	5,1	5,4	5,5	5,5	5,4	5,3	5,1	5,1
Homens Pretos & Pardos	6,0	5,6	5,3	4,9	4,7	5,2	5,7	5,7	5,8	5,8	5,6	5,5	5,3
Mulheres Pretas & Pardas	10,7	9,7	9,4	9,3	8,2	9,4	9,5	9,8	9,4	9,5	9,2	9,1	9,3
Pretos & Pardos	8,1	7,5	7,1	6,9	6,3	7,1	7,4	7,6	7,5	7,5	7,2	7,1	7,1
PEA Total	6,7	6,2	6,1	5,7	5,3	6,1	6,4	6,5	6,4	6,4	6,2	6,0	6,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

No mês de agosto de 2011, a taxa de desemprego da PEA branca de ambos os sexos foi igual a 5,1%. O mesmo indicador da PEA preta & parda foi de 7,1%.

Igualmente ao verificado pela PEA no seu conjunto, no caso da taxa de desemprego da PEA branca de ambos os sexos e da PEA preta & parda de ambos os sexos, o indicador manteve-se estável em comparação com o mês de julho de 2011. Relativamente ao mês de agosto de 2010, houve uma redução da taxa de desemprego em 0,5 ponto percentual, no caso da PEA branca; e, em 1,0 ponto percentual, no caso da PEA preta & parda.

Em agosto de 2011, a taxa de desemprego da PEA branca do sexo masculino foi de 4,1%. O mesmo indicador, na PEA preta & parda do sexo masculino foi de 5,3%. Comparativamente ao mês de julho de 2011, a taxa de desemprego dos homens brancos se manteve estável, enquanto a taxa de desemprego dos homens pretos & pardos declinou 0,2 ponto percentual. No comparativo com agosto de 2010, a taxa de desemprego da PEA branca masculina declinou em 0,3 ponto percentual. Entre os trabalhadores pretos & pardos, a taxa de desemprego também foi reduzida em 0,7 ponto percentual.

Em agosto de 2011, a taxa de desemprego das mulheres brancas foi de 6,3%. No caso das mulheres pretas & pardas, a taxa de desemprego foi de 9,3%, repetindo-se a costumeira propensão deste indicador se manter mais elevado em relação aos demais grupos. Assim, em termos proporcionais, a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas foi 122,2% superior à dos homens brancos; 43,8% superior à das

mulheres brancas; e 64,7% superior à dos homens pretos & pardos.

Entre as mulheres brancas, a taxa de desemprego manteve-se inalterada em comparação com o mês de julho de 2010. No comparativo com o mês de agosto do ano anterior, a taxa de desemprego das trabalhadoras daquele grupo declinou em 0,5 ponto percentual.

A PEA preta & parda do sexo feminino foi a única que experimentou uma elevação na taxa de desemprego entre os meses de julho e agosto de 2011, elevando-se em 0,2 ponto percentual. Já na comparação com o mês de agosto de 2010, o percentual da PEA preta & parda do sexo feminino que estava desempregada declinou em 1,3 ponto percentual.

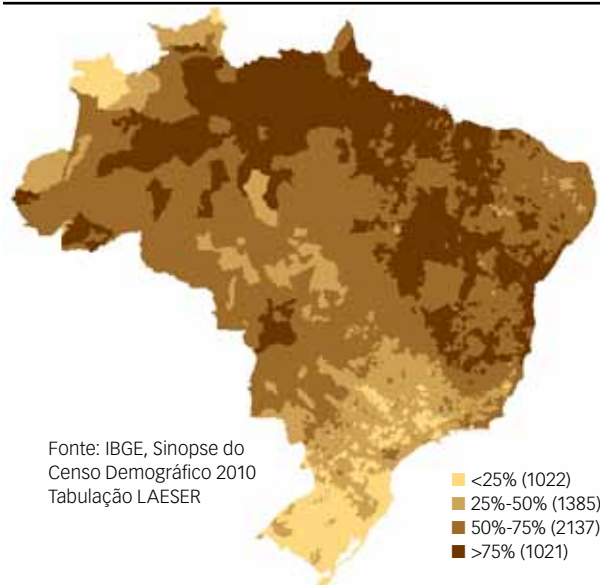
4. População preta & parda nos municípios brasileiros de acordo com o Censo de 2010

4.a. Participação da população preta & parda nos municípios brasileiros (mapa 1; tabelas 3 a 5)

No ano de 2010, de acordo com os dados da Sinopse do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo IBGE, residiam no Brasil 190,8 milhões de pessoas. Destes, 96,8 milhões se autodeclaravam pretos & pardos, somando 50,7% do total de residentes¹. No Censo Demográfico de 2000, o peso relativo destes dois grupos na população brasileira foi de 44,7%. Assim, em um intervalo de dez anos, a proporção de pretos & pardos junto aos residentes no país cresceu expressivos 6,0 pontos percentuais.

1. Para uma análise sobre a distribuição da população preta & parda de acordo com as Macrorregiões brasileiras e as Unidades da Federação e sua evolução de acordo com os Censos de 2000 e 2010, ver a edição do boletim "Tempo em Curso", vol. 3, nº 5, de maio de 2011.

Mapa 1. Presença relativa de pessoas de cor ou raça preta & parda nos municípios brasileiros, Brasil, 2010 (em %)



Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

No total dos 5.565 municípios brasileiros recenseados, a população autodeclarada preta & parda representava mais de 75% do total de habitantes em 1.021 localidades (18,3% do total de municípios).

Em 2.137 municípios (38,4% do total de municípios brasileiros), a população preta & parda correspondia a uma proporção entre 50% e 75% do total de habitantes.

Em 1.385 municípios, os pretos & pardos contabilizavam entre 25% e 50% dos residentes (24,9% do total de municípios).

Por fim, em 1.022 municípios (18,4% do total de municípios brasileiros), os pretos & pardos respondiam por menos de 25% de seus residentes.

Tabela 3. Dez maiores municípios de presença preta & parda, Brasil, 2010 (Em número de pessoas)

	Municípios	UF	Pretos & Pardos
1º	São Paulo	SP	4.169.301
2º	Rio de Janeiro	RJ	3.031.301
3º	Salvador	BA	2.126.261
4º	Fortaleza	CE	1.514.103
5º	Brasília	DF	1.437.954
6º	Manaus	AM	1.298.099
7º	Belo Horizonte	MG	1.236.322
8º	Belém	PA	999.829
9º	Recife	PE	882.463
10º	São Luís	MA	706.591

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

De acordo com a Sinopse do Censo Demográfico de 2010, São Paulo era o município brasileiro com a maior presença de pretos & pardos em termos do número de pessoas residentes. Assim, em 31 de julho de 2010, a cidade contava com 4.169.301 habitantes pertencentes a este grupo de cor ou raça, de um total de 11.253.503 pessoas (37,0%). Em comparação com os dados do Censo de 2000, este contingente populacional tinha crescido 33,1%.

Em segundo lugar vinha o município do Rio de Janeiro, com 3.031.301 pretos & pardos (48%), de um total de 6.320.446 habitantes. Entre os anos de 2000 e 2010, a população preta & parda carioca se elevou em 28,6%.

Em 2010, Salvador era o terceiro maior município de presença preta & parda, com 2.126.261 pretos & pardos (79,5%), de um total populacional de 2.675.656 indivíduos. Comparativamente a 2000, a elevação na população preta & parda foi de 15,7%.

Na sequência dos dez maiores municípios de residência de pretos & pardos, apareciam as cidades de Fortaleza (1.514.103 pretos & pardos), Brasília (1.437.954 pretos & pardos), Manaus (1.298.099 pretos & pardos), Belo Horizonte (1.236.322 pretos & pardos), Belém (999.829 pretos & pardos), Recife (882.463 pretos & pardos) e São Luís (706.591 pretos & pardos). Em comparação com o ano de 2000, a classificação das cidades com a maior presença da população preta & parda, em termos absolutos, se manteve inalterada, com exceção da inversão de lugar entre Belo Horizonte e Manaus, que ocupavam no início da década passada, respectivamente, o sexto e sétimo lugar.

Em termos relativos, o município de Serrano do Maranhão, no Maranhão, aparecia como o que possuía a maior presença relativa de pretos & pardos. Assim, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, 94,8% de seus habitantes pertencia a este grupo de cor ou raça. O segundo município com o maior percentual de pretos & pardos era Terra Nova, na Bahia, cuja população preta & parda correspondia a 93,2% do total de habitantes. Também no estado da Bahia, se encontrava o terceiro maior município, em termos relativos, de pretos & pardos: Teodoro Sampaio, com 92,6% da sua população total pertencente a este contingente.

Na sequência dos dez maiores municípios brasileiros em termos da presença relativa de pretos & pardos, vinham: Pedrão (BA), com 92,5%; Salinas da Margarida (BA), com 92,1%; São Gonçalo dos Campos (BA), com

Tabela 4. Dez maiores municípios de presença preta & parda, Brasil, 2010 (Em % da população total)

	Municípios	UF	Pretos & Pardos
1º	Serrano do Maranhão	MA	94,8%
2º	Terra Nova	BA	93,2%
3º	Teodoro Sampaio	BA	92,6%
4º	Pedrao	BA	92,5%
5º	Salinas da Margarida	BA	92,1%
6º	São Gonçalo dos Campos	BA	91,9%
7º	Presidente Juscelino	MA	91,8%
8º	Antônio Cardoso	BA	91,7%
9º	Aramari	BA	91,6%
10º	São João da Ponta	PA	91,3%

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

91,9%; Presidente Juscelino (MA), com 91,8%; Antônio Cardoso (BA), com 91,7%; Aramari (BA), com 91,6%; e São João da Ponta (PA), com 91,3%.

Observa-se que, dentre os dez maiores municípios em presença relativa de pretos & pardos, sete se localizavam no estado da Bahia, todos em um patamar de pessoas deste grupo de cor ou raça acima dos 90% em relação à população total.

Analisando-se ainda a mesma categoria (pretos & pardos em percentual da população total) para as capitais das Unidades da Federação, a cidade de Salvador, capital da Bahia, aparecia como o primeiro lugar da lista, conforme já mencionado, com 79,5% de pretos & pardos entre seus residentes.

Sucessivamente, vinha em segundo lugar Belém (PA), cuja população preta & parda representava 72,3% do total de habitantes. A seguir, em ordem decrescente, vinham: Macapá (AP), com 72,0%; Manaus (AM), com 71,8%; e, em quinto lugar, Rio Branco (AC), com 71,5% de sua população pertencente a este grupo de cor ou raça.

As três capitais com a menor presença de pretos & pardos como percentual do total populacional eram justamente as capitais dos três estados da Região Sul. Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC) eram localizadas no final da lista, com apenas 20,2%; 19,2% e 14,7% de pretos & pardos, respectivamente.

Nota-se que, dentre as capitais da Região Sudeste, a primeira a aparecer na lista era Belo Horizonte (MG), na 20ª posição. Em 2010, a capital de Minas Gerais possuía 51,7% de sua população pertencente ao grupo dos pretos & pardos.

Tratando ainda das demais capitais da Região Sudeste, verifica-se que Vitória (ES) e Rio de Janeiro (RJ) vinham logo em seguida, com o contingente preto & pardo representando 50,2% e 48,0% do total de habitantes, respectivamente. Já na cidade de São Paulo (SP), 37,1% da população pertencia ao grupo dos pretos & pardos, fazendo com que a cidade ficasse na 24ª posição na lista das capitais de acordo com a presença relativa de pretos & pardos.

Tabela 5. Presença preta & parda nas capitais das Unidades da Federação, Brasil, 2010 (Em % da população total)

Capital	UF	Pretos & Pardos
Salvador	BA	79,5%
Belém	PA	72,3%
Macapá	AP	72,0%
Manaus	AM	71,8%
Rio Branco	AC	71,5%
Boa Vista	RR	71,2%
Teresina	PI	71,0%
São Luís	MA	69,6%
Goiânia	GO	68,9%
Porto Velho	RO	66,3%
Aracaju	SE	65,1%
Cuiabá	MT	64,8%
Palmas	TO	61,8%
Fortaleza	CE	61,8%
Maceió	AL	57,4%
Recife	PE	56,0%
Brasília	DF	54,0%
João Pessoa	PB	53,9%
Natal	RN	52,1%
Belo Horizonte	MG	51,7%
Vitória	ES	50,2%
Rio de Janeiro	RJ	48,0%
Campo Grande	MS	46,9%
São Paulo	SP	37,1%
Curitiba	PR	20,2%
Porto Alegre	RS	19,6%
Florianópolis	SC	14,7%

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

4.b. Presença da população preta nos municípios brasileiros (tabelas 6 e 7)

No ano de 2010, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE, residiam no Brasil 14,5 milhões de pessoas de cor ou raça preta, correspondendo a 7,6% do total dos residentes no país. No Censo Demográfico realizado no ano 2000, o peso relativo das pessoas deste grupo de cor ou raça havia sido de 6,2%. Deste modo, naquele intervalo de dez anos, o peso relativo dos pretos na população residente no país, cresceu 1,4 ponto percentual.

O maior município de presença preta do Brasil era Salvador que, em 2010, abrigava quase 744 mil de pretos na sua população. Proporcionalmente, os pretos deste município correspondiam a 27,8% de sua população total.

Tabela 6. Dez maiores municípios de presença preta, Brasil, 2010 (Em número de pessoas)

	Municípios	UF	Pretos
1º	Salvador	BA	743.718
2º	São Paulo	SP	736.083
3º	Rio de Janeiro	RJ	724.197
4º	Belo Horizonte	MG	241.155
5º	Brasília	DF	198.072
6º	Porto Alegre	RS	143.890
7º	São Luís	MA	133.956
8º	Feira de Santana	BA	128.440
9º	Recife	PE	127.789
10º	Duque de Caxias	RJ	123.130

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

A cidade de São Paulo vinha em segundo lugar, sendo a residência de pouco mais de 736 mil pessoas auto-declaradas pretas. Proporcionalmente, os pretos correspondiam a 6,5% da população da capital paulista.

O Rio de Janeiro concentrava a terceira maior população preta, em número de pessoas, com mais de 724 mil pessoas, representando 11,5% do total de habitantes cariocas. A seguir, vinham: Belo Horizonte, com mais de 241 mil pessoas que se declararam pretas; Brasília, com cerca de 198 mil, e Porto Alegre, com quase 144 mil pretos.

Em sétimo lugar, encontrava-se a capital do Maranhão, São Luís (quase 134 mil pretos); seguida por Feira de Santana, na Bahia, com mais de 128 mil pessoas pretas. Recife vinha em nono lugar com quase 128 mil residentes pretos; e em décimo lugar, Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com mais de 123 mil moradores pretos.

Em termos relativos, o maior município brasileiro por presença da população preta era a cidade maranhense de Antônio Cardoso, com 50,7% de sua população auto-declarada preta.

Lajeado (BA) vinha em segundo lugar com 47,5% de residentes pretos e São Gonçalo dos Campos (BA) seguia em terceiro, com 42% de moradores pretos. A seguir, outros três municípios da Bahia apresentavam as concentrações mais elevadas de população preta: Conceição da Feira (41,3%), Cachoeira (40,7%) e Salinas

da Margarida (40,1%). Em sétima posição, vinha São Francisco do Conde (MA), com 40% de sua população preta. Entre as maiores concentrações de pretos também se encontravam Serrano do Maranhão (BA), com 39,0% de pretos; Santo Amaro (BA), com 38,4%; e Ouriçangas (PA), com 37,7%.

Tabela 7. Dez maiores municípios de presença preta, Brasil, 2010 (Em % da população total)

	Municípios	UF	Pretos
1º	Antônio Cardoso	MA	50,7%
2º	Lajeado	BA	47,5%
3º	São Gonçalo dos Campos	BA	42,0%
4º	Conceição da Feira	BA	41,3%
5º	Cachoeira	BA	40,7%
6º	Salinas da Margarida	BA	40,1%
7º	São Francisco do Conde	MA	40,0%
8º	Serrano do Maranhão	BA	39,0%
9º	Santo Amaro	BA	38,4%
10º	Ouriçangas	PA	37,7%

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

4.c. Presença da população parda nos municípios brasileiros (tabelas 8 e 9)

No ano de 2010, em todo o Brasil, 82,3 milhões de pessoas se autodeclararam pardas, correspondendo a 43,1% da população residente no país. No recenseamento populacional realizado no ano 2000, o peso relativo deste grupo de cor ou raça havia sido de 38,5%. Portanto, no lapso de dez anos, este grupo apresentou crescimento de 4,6 pontos percentuais.

Tabela 8. Dez maiores municípios de presença parda, Brasil, 2010 (Em número de pessoas)

	Municípios	UF	Pardos
1º	São Paulo	SP	3.433.218
2º	Rio de Janeiro	RJ	2.307.104
3º	Fortaleza	CE	1.403.292
4º	Salvador	BA	1.382.543
5º	Brasília	DF	1.239.882
6º	Manaus	AM	1.222.337
7º	Belo Horizonte	MG	995.167
8º	Belém	PA	894.388
9º	Recife	PE	754.674
10º	Goiânia	GO	579.595

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

A cidade de São Paulo concentrava 3,4 milhões de indivíduos pertencentes a este contingente. Deste modo, 30,5% dos habitantes desta cidade tinham se declarado pardos aos entrevistadores do Censo.

Em segundo lugar, vinha o Rio de Janeiro, com 2,3 milhões de pardos. Este contingente representava 36,5% do total de moradores da capital fluminense. Fortaleza ocupava o terceiro lugar, com 1,4 milhões e uma presença relativa de habitantes pardos igual a 57,2%.

A seguir, em ordem decrescente, encontravam-se Salvador (quase 1,4 milhões), Brasília (1,2 milhões), Manaus (1,2 milhões), Belo Horizonte (995 mil), Belém (894 mil), Recife (755 mil) e Goiânia (580 mil).

Tabela 9. Dez maiores municípios de presença parda, Brasil, 2010 (Em % da população total)

	Municípios	UF	Pardos
1º	São João da Ponta	PA	90,1%
2º	Jardim de Angicos	RN	88,3%
3º	Anamá	AM	87,9%
4º	Tracuateua	PA	87,6%
5º	Nhamundá	AM	87,1%
6º	Boa Vista do Ramos	AM	87,0%
7º	São Sebastião do Uatumã	AM	86,4%
8º	Sambaíba	MA	85,5%
9º	Beruri	AM	85,4%
10º	Jandaíra	BA	85,1%

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

Em termos proporcionais, o município de São João da Ponta, no Pará, com 90,1% da população autodeclarada parda, era o município que registrava entre seus moradores a maior presença relativa do grupo de cor ou raça pardo.

Em segundo lugar, por concentração de população parda, vinha Jardim de Angicos, no Rio Grande do Norte, com 88,3% de pardos. Anamá, no Amazonas, ocupava o terceiro lugar, com 87,9% de sua população declarada parda.

A seguir, de acordo com os dados do Censo de 2010, os municípios que mais concentravam, proporcionalmente, a população parda eram: Tracuateua (PA), 87,6%; Nhamundá (AM), 87,1%; Boa Vista do Ramos, (AM); 87,0%; São Sebastião do Uatumã (AM); 86,4%; Sambaíba (MA), 85,5%; Beruri (AM), 85,4%; e Jandaíra (BA), 85,1%.

4.c. Uma visão de conjunto da presença preta & parda nos municípios brasileiros dentro de cada região geográfica do país (tabelas 10 e 11)

Conforme mencionado, dos 5.565 municípios existentes no Brasil no ano de 2010, em 1.022, os pretos &

pardos respondiam por mais de 75% da população; em 2.137, entre 50 e 75%; em 1.385, abaixo de 50% e acima de 25%, e em outros 1.021, por menos de 25%.

Quando se leva em consideração o número de municípios brasileiros onde a presença preta & parda era superior a 75%, o Nordeste concentrava a maior quantidade de cidades, com 61,5% do total das municipalidades de todo o país naquela condição. A região Norte abrigava outros 24,3% dos municípios onde a população preta & parda era superior a 75% dos residentes; o Sudeste, 12,4%; o Centro-Oeste, 1,8%; e a região Sul não tinha nenhuma municipalidade nesta situação.

Tabela 10. Municípios brasileiros distribuídos segundos faixas selecionadas do peso relativo de pretos & pardos na população residente, Grandes regiões e Brasil, 2010 (em número de municípios)

	> 75%	50% - 75%	25% - 50%	< 25%	Total
Norte	248	188	11	2	449
Nordeste	628	1096	68	2	1794
Sudeste	127	492	815	234	1668
Sul	0	27	377	783	1187
Centro-Oeste	18	334	114	0	466
Brasil	1022	2137	1385	1021	5565

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

Quando analisada a distribuição dos municípios que abrigavam entre 50% e 75% de pretos & pardos, o Nordeste passava a responder por pouco mais da metade (51,3%); a presença dos municípios localizados na região Sudeste se ampliava para 23,0%; a região Centro-Oeste também se ampliava, para 15,6%; e o Sul, de algum modo até surpreendentemente, aparecia com 27 municípios nesta situação, correspondendo a 1,3% do total em todo o país.

Nos municípios onde os pretos & pardos eram minoria entre 25% e 50%, o Sudeste contribuía com 58,8%, neste caso muito por conta da influência do estado de São Paulo. O Sul abrigava 27,2% dos municípios naquela condição; o Centro-Oeste, 8,2%; o Nordeste, 4,9%; e o Norte, apenas 0,8%.

Finalmente, dos municípios onde a presença preta & parda configurava uma expressiva minoria, ou seja, abaixo de 25%, de forma mais uma vez surpreendente, o Sul respondia por 76,7%; o Sudeste, por 22,9%; e o Norte e Nordeste por 0,4% e 0,1%, respectivamente.

Tabela 11. Municípios brasileiros distribuídos segundo faixas selecionadas do peso relativo de pretos & pardos na população residente, Grandes regiões e Brasil, 2010 (em % de municípios)

	> 75%	50% - 75%	25% - 50%	< 25%	Total
Norte	55,2	41,9	2,4	0,4	100,0
Nordeste	35,0	61,1	3,8	0,1	100,0
Sudeste	7,6	29,5	48,9	14,0	100,0
Sul	0,0	2,3	31,8	66,0	100,0
Centro-Oeste	3,9	71,7	24,5	0,0	100,0
Brasil	18,4	38,4	24,9	18,3	100,0

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010
Tabulação LAESER

Do total de municípios brasileiros recenseados demograficamente em 2010, em 56,8% os pretos & pardos constituíam a maioria da população residente. Segundo os dados do Censo de 2000, naquele ano, o somatório de pretos & pardos com percentual superior a 50% da população residente nos municípios brasileiros foi de 49,2%. Logo, observa-se que naquele intervalo de dez anos houve um aumento no número relativo de municípios brasileiros com maioria preta & parda em 7,6 pontos percentuais.

Analisando cada região geográfica do país isoladamente, percebe-se que na região Norte, em 55,2% das municipalidades, os pretos & pardos respondem por mais de 75% da população residente. Em outros 41,9%, estes dois grupos corresponderam a entre 50% e 75%. Logo, juntando estas duas situações, observa-se que, em 2010, quase todos os municípios nortistas (97,1%) eram formados por uma maioria de pessoas pretas & pardas.

O quadro acima, com algumas nuances, se repete no Nordeste. Assim, nesta região do país, em 35,0% das municipalidades, o peso relativo de pretos & pardos era superior a 75%. Em outros 61,1% do total de municípios nordestinos, o peso relativo de pretos & pardos era compreendido entre 50% e 75%. Assim, ao todo, 96,1% dos municípios localizados na região Nordeste, no ano de 2010, eram formados por uma maioria preta & parda.

A região Centro-Oeste apresentou, em 2010, o seguinte quadro: em 3,9% de seus municípios o peso relativo de pretos & pardos era superior a 75%; em 71,7%, era entre 50% e 75%; em 24,5%, era entre 25% e 50%; e em nenhuma municipalidade havia um percentual inferior a 25% na população residente. De qualquer forma, no Centro-Oeste, 75,5% dos municípios eram resididos por uma maioria de pretos & pardos.

No Sudeste, o peso relativo dos pretos & pardos era superior a 75% em 7,6% dos municípios. Em outros 29,5%, o peso relativo destes dois grupos ficava entre 25% e 50%. Assim, em 37,1% das municipalidades localizadas nesta região se encontrava uma maioria preta & parda. Ainda no Sudeste, em 48,9% das municipalidades o peso relativo de pretos & pardos ficava entre 25% e 50%; e 14,0% situou-se abaixo de 25%.

No Sul, torna-se mais frequente o número de municípios onde o peso relativo de pretos & pardos é francamente minoritário, ou seja, abaixo de 25%. Assim, segundo dados do Censo de 2010, este índice correspondia à situação de 66,0% das municipalidades. Por outro lado, nesta região, em 31,8% dos municípios, os pretos & pardos constituíam entre 25% e 50% do total dos habitantes. Em 2,3% municípios sulistas, os pretos & pardos formavam uma maioria entre 50% e 75%.

5. Considerações finais

A grande novidade do Censo de 2010, no que tange à variável cor ou raça é que este quesito saiu do questionário da amostra, passando a perfilar no questionário aplicado a todo o universo de domicílios. Tal mudança permite análises estatísticas mais consistentes sobre o padrão de vida dos distintos grupos de cor ou raça, incluindo o estudo no plano geográfico mais desagregado que são os municípios e, na verdade, mesmo além, englobando possibilidades analíticas baseadas em distritos e bairros.

Por outro lado, conforme já mencionado na edição do "Tempo em Curso" de maio de 2011, entre os anos de 2000 e de 2010, ocorreu um importante fenômeno social reportado à mudança de composição da cor ou raça da população brasileira durante aquele intervalo de tempo.

Esta informação, que olhada em um primeiro poderia parecer algo sem maior relevância social, torna-se bastante significativa quando se recupera o fato de que, na sociedade brasileira, os critérios de aparência física, especialmente a cor da pele, cabelo e traços faciais, atuam no sentido da classificação social dos indivíduos. Assim, em uma sociedade que opera desde padrões não apenas racializados, mas, verdadeiramente racistas, os de tonalidade mais próxima ao tipo físico africano sub-sahariano são usualmente preteridos do acesso a um conjunto de direitos sociais e oportunidades de mobilidade social ascendente.

Decerto, é razoável a hipótese de que os indicadores levantados pelo Censo 2010 podem ter sido influenciados pelo processo de valorização da presença afrodescendente na sociedade brasileira, assim como pela adoção das políticas de ação afirmativa, tal como, de fato, ocorreu ao longo dos últimos dez anos. Assim, segundo esta linha de raciocínio, no momento em que o Estado e a sociedade passaram a garantir aos pretos & pardos maior visibilidade social, bem como, um maior acesso a determinadas oportunidades de mobilidade ascendente, tal fato pode ter se manifestado nos indicadores estatísticos, tal como revelados no último Censo, e que, na verdade, já vinham se expressando, desde o ano de 1995, nas sucessivas edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Portanto, o fato de ter ocorrido um aumento do peso relativo, tanto de pretos, como de pardos, no conjunto da população residente no Brasil abriga dimensões bastante relevantes. No mínimo, esta mudança espelha transformações sociais, culturais, comportamentais e políticas no seio da sociedade, e que encorajaram milhões de brasileiros a se reconhecerem fisicamente como parte do grupo comumente estigmatizado.

Mesmo que se reconheça que tal mudança de atitude se expressou mais fortemente no crescimento relativamente mais acentuado do grupo pardo; mesmo assim os indicadores socioeconômicos daquele grupo, pardo, costumam ser próximos – e não raramente mesmo piores – aos do grupo preto.

Sem a pretensão de especular neste momento sobre os motivos pelos quais um indivíduo de marcas raciais mais próximas ao tipo africano padrão se declara com

mais frequência em um ou outro grupo, o fato é que as dificuldades existentes para a obtenção de direitos sociais e oportunidades de mobilidade social são encontradas tanto para os pretos como para os pardos. E como tal, independentemente do modo pelo qual os pretos e os pardos se auto avaliam em termos subjetivos, inequivocamente, em ambos os casos, os dois contingentes igualmente se vêem preteridos de um conjunto de direitos e possibilidades de melhor inserção na sociedade. E é justamente este contexto que torna tão relevante sócio politicamente os indicadores censitários divulgados este ano pelo IBGE acerca desta variável, cor ou raça.

Não pode ser mero detalhe que quase 60% dos municípios brasileiros tenha maioria preta & parda. Igualmente, não deve ser tido como um dado de menor importância o fato desta realidade se reproduzir em três das cinco regiões geográficas brasileiras, sendo que, no caso do Norte e do Nordeste, praticamente todos os municípios reproduziram aquele perfil.

Para além de uma comemoração derivada de uma mera, ou néscia, conta de chegada em termos demográficos, o maior significado político daqueles indicadores é que aquelas mudanças definitivamente evidenciam que não faz mais nenhum sentido identificar a questão das relações raciais como típicas de grupos minoritários. Antes, coerentemente aos pesos relativos de cada grupo de cor ou raça na sociedade brasileira, fica a necessidade de que tal distribuição se faça sentir pelos próximos anos, seja na agenda pública de debates, seja em termos do processo de ocupação dos diferentes espaços sociais do país, especialmente os mais valorizados e prestigiados.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão, Irene Rossetto, Elisa Monçores

Pesquisadora Assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Elisa Monçores

Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Pesquisadores Assistentes

Azoilda Loretto

Cléber Julião

Irene Rossetto Giaccherino

José Jairo Vieira

Luciano Cerqueira

Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Danielle Oliveira (PIBIC – CNPq)

Elaine Carvalho (Fundação Ford)

Elisa Monçores (Fundação Ford)

Guilherme Câmara (PIBIC – CNPq)



FORDFOUNDATION